

**Art. 3.º** Como compensação dos créditos designados no artigo anterior, efectuam-se as seguintes alterações ao Orçamento Geral do Estado em execução, representativas de aumentos de previsão de receitas e de redução em verbas de despesa:

#### Orçamento das receitas do Estado

Capítulo 7.º, artigo 222.º «Reposições não abatidas nos pagamentos» . . . . .	619.433\$50
Capítulo 9.º, artigo 285.º «Produto da venda de títulos ou de empréstimos a realizar» . . . . .	4.500.000\$00
Capítulo 9.º, artigo 288.º «Importância de parte dos saldos de contas de anos económicos findos a aplicar a:» . . . . .	15.646.198\$36
	20.765.631\$86

#### Ministério das Finanças

Capítulo 1.º, artigo 7.º, n.º 2) . . . . .	237.327\$00
Capítulo 1.º, artigo 10.º, n.º 1) . . . . .	1.800.000\$00
Capítulo 1.º, artigo 10.º, n.º 2) . . . . .	400.000\$00
Capítulo 10.º, artigo 152.º, n.º 1) . . . . .	330.000\$00
Capítulo 11.º, artigo 192.º, n.º 1) . . . . .	45.000\$00
	2.812.327\$00

#### Ministério da Justiça

Capítulo 2.º, artigo 10.º, n.º 1) . . . . .	2.000\$00
Capítulo 5.º, artigo 80.º, n.º 1) . . . . .	18.720\$00
Capítulo 7.º, artigo 266.º, n.º 1) . . . . .	50.000\$00
Capítulo 7.º, artigo 276.º, n.º 2) . . . . .	100.000\$00
Capítulo 7.º, artigo 286.º, n.º 1) . . . . .	24.000\$00
Capítulo 7.º, artigo 295.º, n.º 2) . . . . .	850.000\$00
Capítulo 7.º, artigo 305.º, n.º 1) . . . . .	18.000\$00
Capítulo 7.º, artigo 319.º, n.º 2) . . . . .	55.000\$00
Capítulo 7.º, artigo 329.º, n.º 1) . . . . .	40.000\$00
Capítulo 7.º, artigo 343.º, n.º 1) . . . . .	350.000\$00
Capítulo 7.º, artigo 353.º, n.º 1) . . . . .	200.000\$00
Capítulo 7.º, artigo 363.º, n.º 1) . . . . .	21.000\$00
	1.728.720\$00

#### Ministério da Guerra

Capítulo 9.º, artigo 129.º, n.º 1) . . . . .	50.000\$00
--	------------

#### Ministério da Marinha

Capítulo 6.º, artigo 187.º, n.º 1) . . . . .	360.000\$00
--	-------------

#### Ministério das Obras Públicas

Capítulo 8.º, artigo 115.º, n.º 1), alínea a) . . . . .	151.880\$00
---	-------------

#### Ministério das Colónias

Capítulo 11.º, artigo 99.º, n.º 1) . . . . .	6.000\$00
--	-----------

#### Ministério das Comunicações

Capítulo 1.º, artigo 4.º, n.º 1), alínea a) . . . . .	50.000\$00
Capítulo 2.º, artigo 22.º, n.º 1) . . . . .	23.000\$00
Capítulo 3.º, artigo 43.º . . . . .	100.000\$00
	173.000\$00
	26.047.558\$86

**Art. 4.º** No orçamento privativo do Fundo Especial de Caminhos de Ferro presentemente em execução são autorizadas as seguintes modificações:

Artigo 10.º, n.º 7) «Representação em comissões, congressos, viagens de estudo, etc.» . . . . . + 100.000\$00  
Artigo 4.º, n.º 1) «Caminhos de ferro», alínea a)  
«Estudos, construção de novas linhas, etc.» . . . . . - 100.000\$00

**Art. 5.º** A dotação de 20.000\$ descrita sob o n.º 1) «De móveis» do artigo 14.º, capítulo 2.º, do orçamento em vigor no Ministério das Comunicações, reforçada com 74.000\$ pelo artigo 2.º deste diploma, passa a figurar com a seguinte observação:

(a) Por esta verba serão satisfeitas as despesas com a instalação do gabinete do secretário geral e de uma antecâmara do mesmo gabinete.

sendo também autorizadas as seguintes alterações à redacção de rubricas, que passam a figurar como se descreve:

#### Ministério da Justiça

Observação (a) à dotação de 50.000\$ subordinada ao n.º 1) do artigo 4.º, capítulo 1.º:

(a) Compreende 35.000\$ para aquisição de mobiliário para as salas do gabinete.

#### Ministério da Educação Nacional

Observação (e) à dotação de 12.000\$ subordinada ao n.º 1) do artigo 71.º, capítulo 3.º:

(e) Compreende 11.000\$ para aquisição de mobiliário e outro material para as novas instalações.

Estas correções orçamentais foram registadas na Direcção Geral da Contabilidade Pública, nos termos do § único do artigo 36.º e nos da parte final do artigo 37.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o aludido § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 22 de Abril de 1947. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Augusto Cancella de Abreu — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — José Caeiro da Matta — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Teófilo Duarte — Fernando Andrade Pires de Lima — Daniel Maria Vieira Barbosa — Manuel Gomes de Araújo.

#### Direcção Geral das Alfândegas

#### Decreto-lei n.º 36:240

Considerando o que foi exposto pelo Ministério da Economia;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É prorrogado até 31 de Maio de 1947 o prazo de vigência do decreto-lei n.º 35:894, de 7 de Outubro de 1946, que concedeu isenção de direitos à batata importada.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 22 de Abril de 1947. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Augusto Cancella de Abreu — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — José Caeiro da Matta — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Teófilo Duarte — Fernando Andrade Pires de Lima — Daniel Maria Vieira Barbosa — Manuel Gomes de Araújo.

#### MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

#### Direcção Geral dos Serviços de Urbanização

#### Decreto n.º 36:241

Considerando que foram adjudicados ao escultor Francisco Franco de Sousa os trabalhos de execução de